



Universidades Lusíada

Barros, José de Assunção

Paul Ricoeur : a construção da narrativa histórica

<http://hdl.handle.net/11067/5485>

<https://doi.org/10.34628/czck-w993>

Metadados

Data de Publicação	2011
Resumo	<p>Este artigo tem por objetivo desenvolver algumas considerações sobre as relações entre a filosofia de Paul Ricoeur e a História, atentando para a construção da narrativa historiográfica. A principal obra de Paul Ricoeur que estaremos analisando será Tempo e Narrativa (1983-5), através da qual será possível desenvolver algumas considerações sobre o ‘círculo hermenêutico’ proposto por Paul Ricoeur...</p> <p>his article aims to develop some considerations about the relations between Paul Ricoeur’s Philosophy and History, attempting to the construction of the historiography narrative. The principal work of Ricoeur analysed is Time and Narrative (1983-5), whereby it will be possible develop some considerations about the ‘hermeneutic circle’ proposed by Paul Ricoeur...</p>
Palavras Chave	Ricoeur, Paul, 1913-2005 - Crítica e interpretação, Historiografia, História - Filosofia, Narrativa
Tipo	article
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ULL-FCHS] LH, s. 2, n. 08 (2011)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-04-20T07:01:32Z com informação proveniente do Repositório

PAUL RICOEUR: A CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA HISTÓRICA

José D'Assunção Barros¹
jose.assun@globbo.com

¹ Professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRR, Brasil), nos Cursos de Mestrado e Graduação em História, e Professor-Colaborador do Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Brasil). Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Entre as últimas publicações, destacam-se os livros *O Campo da História* (2004), *O Projeto de Pesquisa em História* (2005), *Cidade e História* (2007), *A Construção Social da Cor* (2009) e *Teoria da História* (2011), todos editados pela Editora Vozes.

RESUMO

Este artigo tem por objetivo desenvolver algumas considerações sobre as relações entre a filosofia de Paul Ricoeur e a História, atentando para a construção da narrativa historiográfica. A principal obra de Paul Ricoeur que estaremos analisando será *Tempo e Narrativa* (1983-5), através da qual será possível desenvolver algumas considerações sobre o 'círculo hermenêutico' proposto por Paul Ricoeur.

Palavras-chave: Paul Ricoeur, Narrativa, Tempo, Historiografia, operação historiográfica.

ABSTRACT

This article aims to develop some considerations about the relations between Paul Ricoeur's Philosophy and History, attempting to the construction of the historiography narrative. The principal work of Ricoeur analysed is *Time and Narrative* (1983-5), whereby it will be possible develop some considerations about the 'hermeneutic circle' proposed by Paul Ricoeur.

Key-words: Paul Ricoeur, Narrative, Time, Historiography, historiographer operation.

Paul Ricoeur: a construção da narrativa histórica

A obra de Paul Ricoeur (1913-2005) é lugar privilegiado para examinar questões relacionadas à construção da narrativa histórica. É sob esta perspectiva que analisaremos o pensamento deste filósofo. Destacaremos, com maior ênfase, a sua maestria em surpreender o conhecimento histórico na sua singularidade irredutível, ao consolidar, através de uma vasta obra, uma reflexão sobre a operação historiográfica que começa a aparecer desde os 1950. Neste artigo, analisaremos mais atentamente o já clássico ensaio *Tempo e Narrativa* (1983-5), da década de 1980, atendo-nos particularmente à “teoria da narrativa” de Paul Ricoeur, que é apenas uma de suas numerosas contribuições à História e aos vários campos de saber.

Tempo e Narrativa Histórica (1982-1983) traz como objeto de reflexão filosófica precisamente a relação entre “tempo vivido” e “narração” – ou, dito de outra maneira, entre “experiência” e “consciência”. Para Ricoeur, a História seria simultaneamente lógica e temporal, de modo que surge com ela a possibilidade de integrar dialeticamente aspectos que antes pareceram inconciliáveis: o tempo estrutural ou lógico da análise historiográfica, e o tempo vivido apoiado na narrativa. Uma referência crítica de Ricoeur neste momento é a Escola dos Annales, um movimento que, em uma de suas vertentes, introduz uma nova maneira de pensar o tempo em termos de estruturas, e não de fluência dos acontecimentos. Confrontando-se contra toda uma tradição “estruturalizante” da historiografia francesa que reinara soberana entre 1945 e meados dos anos 1970, Ricoeur irá insistir que o discurso do historiador pertence antes de tudo à ordem das narrativas, embora um tipo especial de narrativa, e não a um gênero de discurso analítico que pretende não se alimentar do modelo narrativo. Para Ricoeur, o não-narrativo sequer existe. Mesmo a história de longa duração de Fernando Braudel, levada a efeito na sua emblemática obra *O Mediterrâneo e a época de Felipe II* (1966), aliás analisada cuidadosamente por Ricoeur, seria para o filósofo francês ainda uma mega-narrativa que teria no próprio “Mediterrâneo” um “quase personagem”².

É o resgate do estatuto do modo narrativo, demonstrando que ele estaria presente mesmo nos discursos historiográficos que queriam explicitamente rejeitá-lo, o que Ricoeur colocará como um perturbador questionamento para alguns historiadores, e como uma instigante sinalização para outros que já buscavam com acentuada inquietude novos modos de expressão historiográficos para além dos que vinham sendo recomendados pelos paradigmas dominantes. A frase lapidar de que “toda história é narrativa”, pronunciada por Ricoeur no seio de uma historiografia francesa que durante décadas cultivara o discurso de desprezo em relação ao factual, ao biográfico, ou mesmo ao tempo agitado da história política mais tradicional, invadiu como um raio inquietante a tranqüilidade celeste de uma historiografia na qual os Annales, há muito, já haviam deixado de ser o raio perturbador para se tornar o pára-raios do poder historiográfico instituído.

² Em diversas oportunidades, Ricoeur reinventa – a partir da incorporação do complemento “quase” a certas palavras – novos conceitos que se aproximam de uma determinada situação ainda que sem atingi-la plenamente: “explicação quase causal”, “quase personagem”, “quase intriga”, “quase acontecimento”.

Ricoeur vinha com a sua reflexão filosófica e historiográfica contribuir para perturbar até mesmo os mais sólidos castelos historiográficos que haviam sido zelosamente construídos pela Escola dos Annales: a história quantitativa sob a regência de Ernst Labrousse, e a História de “longa duração” arquitetada por Fernando Braudel. Para Braudel, mesmo a História mais estrutural, entre as que foram laboriosamente produzidas por alguns dos historiadores das primeiras duas gerações dos Annales, ou a História ainda mais coletiva, que apaga os heroísmos e ações individuais para construir uma história das lutas de classe e do seu diálogo com os modos de produção, seria narrativa. Essas “Classes Sociais”, a “Sociedade”, as “mentalidades de época”, constituem de certa perspectiva “quase personagens”, como nos mostra Chartier nos seus comentários sobre a contribuição de Ricoeur (CHARTIER, 2002, p.86). Mais ainda, conforme argumenta Jacques Revel em seu ensaio de 1996 sobre “Micro-análise e construção do social”, até mesmo uma série de preços constituiria de alguma maneira uma forma de narrativa, uma vez que esta organiza o tempo e produz uma forma de representação (REVEL, 1996, p.35)³. Esta percepção da longa duração como cenário para um teatro de longo alcance, e da “série” como universo de materiais que de alguma maneira já pressupõe um enredo, não teria atingido um acabamento tão refinado sem a contribuição de Ricoeur⁴.

A consciência da narratividade (necessária) da História, reafirmada por Paul Ricoeur, apresenta implicações importantes, sendo a mais importante delas assegurar o retorno do vivido, da sensibilidade e da ação humana a uma historiografia que nos casos extremos parecia quase se abstrair do homem. A inteligibilidade histórica, certamente necessária tal como haviam proposto os historiadores ligados aos Annales, não poderia, sustentará Ricoeur, excluir o vivido. O conhecimento histórico poderia apresentar um caráter lógico e estético, mas, ao mesmo tempo, na interação dialética entre o vivido e o lógico estaria o fundamento de uma História satisfatória e útil à vida. Privilegiar o Vivido contra o Lógico, ou vice-versa, conduziria em ambos os casos a formas insatisfatórias de História insatisfatória. Devolvida à própria Vida, da qual saíra, a História não poderia se afirmar como atividade puramente intelectual – tal como proporá Paul Veyne em suas reflexões sobre a “História Conceitual” (1974) – e deveria buscar “ensinar a viver”. Percebe-se aqui que Ricoeur recupera, em uma de suas instâncias possíveis, uma função que já não vinha mais sendo enfatizada pela historiografia do século XX: a “História Mestra da Vida” – embora não uma mestra para os grandes estadistas e políticos, e sim para o próprio ser humano que vivencia cotidianamente o desafio de viver.

³ Na ‘História Serial’ o historiador estabelece uma “série” (de documentos ou de dados), e é esta série que passa a interessá-lo na feitura de seu trabalho historiográfico. François Furet, em sua *Oficina da História* (1991, p.93), define a História Serial em termos da constituição do fato histórico em séries homogêneas e comparáveis. A “série” veio a se constituir no principal conceito para este tipo de história, o ponto nodal em torno do qual a operação historiográfica se desenvolve.

⁴ Mais adiante explicitaremos a argumentação de base que permite a Paul Ricoeur afirmar que “toda história é narrativa”.

Importante implicação da proposta ricoeuriana de retomar a consciência da narratividade histórica foi a de colocar entre colchetes o determinismo, a idéia de que os caminhos da história já estão de alguma maneira traçados e que os homens teriam de se resignar a seguir em pontilhado. A Narrativa, ao trazer no seu cerne as escolhas dos personagens que a habitam e que entretencem juntos o seu enredo, mostra-nos uma história na qual as decisões são tomadas na própria história, e não antes dela ou em algum ponto exterior que, tal como nas antigas teleologias patrocinadas pelas filosofias da história, impõem-se ao mundo histórico como um sol que já traz dentro de si todos os planos a serem realizados. A História não seria o estudo da execução de um plano já traçado, mas sim o “estudo da ação”. Seguir uma história, e ao mesmo tempo constituí-la em História, implica para Ricoeur em “compreender uma sucessão de ações, de pensamentos, de sentimentos que apresentam ao mesmo tempo determinada direção mas também surpresas (coincidências, reconhecimentos, revelações). A partir desta perspectiva, a conclusão de um enredo histórico nunca é dedutível ou previsível” (1986, p.177)⁵.

Será preciso destacar aqui que, se a concepção de narrativa histórica proposta por Paul Ricoeur apresentou-se em termos de um confronto em relação às pretensões de ‘rejeição da narrativa’ pela história estrutural, que ainda passava por ser dominante nos meios historiográficos franceses, por outro lado, o filósofo francês também guardou uma distância em relação às propostas historiográficas pós-modernas que vinham se fortalecendo na década de 1980. Seu cuidado especial foi o de demonstrar a especificidade da narrativa historiográfica frente à narrativa ficcional, e não de confundir estas duas modalidades narrativas, esta alternativa que na época já surgia como um dos discursos historiográficos da pós-modernidade. Distanciado em relação a esta posição que não se incomodava em confundir História e Ficção, Paul Ricoeur empenhou-se em demonstrar que uma das singularidades da narrativa histórica era a de também se apresentar como um discurso cuja intencionalidade apontava para um referente real (ou existente) do Passado. Retomar a narrativa como uma dimensão fundamental para o discurso histórico não implicava, para Ricoeur, em um mergulho na ficção. Quando muito, a narrativa histórica poderia reivindicar para si o “duplo estatuto de realidade e ficção”⁶.

O potencial explicativo-narrativo trazido pela dimensão analítica da História, e a narratividade inerente à mesma – ambos orientados pela intenção de verdade – constitui em Ricoeur o ponto nodal que permite definir a História como um gênero (narrativo) específico⁷. Esta integração entre a experiência sublunar – o “vivido” – e a Lógica, expressa através da construção da “intriga”, deveria

⁵ Alguns dos textos de Ricoeur que mais atentam para esta presença da ação humana na história podem ser encontrados em *Du texte à l'action* (1986).

⁶ Esta imagem é evocada por Ricoeur em um artigo de 1994, intitulado “História e Retórica” (p.25).

⁷ A “intenção de verdade” adquire um significado sutil em Ricoeur. Motivado pelo compromisso de ser fiel ao passado, o historiador “gostaria que sua construção fosse uma re-construção”. Seu tratamento rigoroso das fontes, e o compromisso de trabalhar com as referências de realidade obtidas dos indícios sintonizam com a sua intenção de verdade.

constituir a base essencial do trabalho do historiador. O monumental esforço de introduzir uma rigorosa reflexão em torno de uma dialética entre o vivido e a lógica é conseguido por Paul Ricoeur através de uma extraordinária erudição e capacidade de reflexão filosófica, sendo que ele praticamente retoma a História da Filosofia, relativamente às questões da temporalidade, para lograr êxito nesta empresa. Entre o “tempo lógico” de Aristóteles e o “tempo da alma” de Santo Agostinho, Ricoeur irá construir a sua própria proposta de uma interação de perspectivas para a narrativa histórica. Estes dois modelos de tempo, o tempo exterior da intriga e o tempo interior da alma, são os dois pólos a serem colocados em interação pela narrativa histórica proposta por Paul Ricoeur, que busca acomodar o tempo interno agostiniano à intriga Aristotélica. Vejamos mais de perto este singular ajuste.

O Tempo Interior de Santo Agostinho – que já havia sido abordado por Heidegger em uma conferência de 1930 – é um dos dois pontos de partida, se assim se pode dizer, da reflexão de Paul Ricoeur sobre a relação entre *Tempo e Narrativa*. Santo Agostinho havia rejeitado a antiga tese grega (re-encaminhada por Aristóteles) de que o tempo correspondia a um “movimento dos astros”, e introduz a noção de que “o tempo é interior, passando-se na alma”, o que o permite impactar esta alma humana com uma tripla presença: do Passado, através da *Memória*; do Presente, através da *Visão*; e do Futuro, através da *Espera* (ou da “expectativa”). Esta experiência do tempo corresponde a uma profunda vivência humana, mas ao mesmo tempo trata-se de uma experiência não comunicável, porque impregnada de subjetividade.

Já com a *Poética* de Aristóteles (384-322 a.C), ao contrário, considera-se o modelo de tempo no qual as ligações internas da Intriga dão-se mais de forma lógica que cronológica (no caso, uma lógica do “fazer poético”)⁸. O impasse entre o vivido e o lógico, entre Tempo e Narrativa, pode ser exemplificado, desta maneira, pela oposição entre Agostinho e Aristóteles, e é a partir daí que Ricoeur vai desenvolvendo a sua importante reflexão sobre a narrativa histórica. A concepção psicológica do tempo de Santo Agostinho oculta o tempo do mundo, e a concepção cosmológica do tempo de Aristóteles – considerado como movimento dos corpos – oculta o tempo da alma. O tempo da alma, e o tempo da natureza, por assim dizer, contrastam-se a partir destes dois ícones filosóficos, e o historiador não poderia realizar o seu trabalho a contento se se limitasse a uma ou outra destas concepções⁹. O tempo torna-se “humano” precisamente quando é “organi-

⁸ A *Arte Poética*, escrita por Aristóteles por volta de 334 a.C, desenvolve-se em torno de uma discussão sobre a forma e aspectos estéticos relacionados a dois dos principais gêneros literários da Grécia Antiga: a tragédia e a epopéia (mas há evidências de que teria sido perdido um segundo volume desta obra, que tratava da poesia iâmbica e da comédia). De algum modo, a *Poética* de Aristóteles foi o primeiro empreendimento, na história da filosofia, para realizar algo que nos dias de hoje se aproximaria do campo da Teoria Literária. O que estará interessando a Ricoeur nesta obra é a maneira como o filósofo grego via as relações entre tempo e narrativa.

⁹ É para suprir as incompletudes de uma e outra das duas concepções antitéticas do tempo, que surgem os diversos “conectores”, tal como argumenta Ricoeur. Apenas para dar

zado à maneira de uma narrativa”, e a narrativa extrai o seu sentido exatamente da possibilidade de “retratar os aspectos da experiência temporal” (RICOEUR, 1983, p.61). Temporalidade e Narratividade reforçam-se reciprocamente.

Antes de prosseguirmos, convém nos determos nas implicações mais amplas sobre o “narrar”, sempre de acordo com as reflexões desenvolvidas por Paul Ricoeur em *Tempo e Narrativa*. A narrativa é sempre constituída de uma trama que constitui seus diversos episódios e, além de ligá-los entre si, os coloca em relação com o enredo mais amplo, daí resultando uma totalidade significativa¹⁰. Todavia, esta trama que se estabelece para cada narrativa específica, seja ela qual for, parte antes de mais nada de materiais que já se encontram configurados previamente na própria língua. Já se encontram na própria estrutura e materiais da língua todas as possibilidades narrativas, embora seja tarefa do falante ou do produtor de discursos selecioná-las e individualizá-las através de uma ação humana e de novos elementos que irão singularizar cada narrativa como única. Previamente a qualquer discurso narrativo que irá tomar forma, já existe na língua uma complexa e heterogênea “rede conceitual” que já traz dentro de si seus potenciais narrativos (Ricoeur irá chamá-los de “configurações pré-narrativas da ação”).

Quando dizemos “Judas traiu Jesus”, a palavra “trair” já contém dentro de si, por assim dizer, uma micro-narrativa. Verbos como “trair”, “amar”, “trabalhar”, “explorar”, já nomeiam previamente certas ações humanas possíveis e tornadas possíveis de serem pensadas através da língua, da mesma forma que conceitos como “causa”, “conseqüência”, “ação”, “reação”, “luta”, “aliança”, e inúmeros outros, já se oferecem como conectores narrativos àquele que manipula a língua para comunicar. A possibilidade de figurar ações humanas em linguagem já está incluída na própria língua, e caberá ao construtor de narrativas acrescentar a estes materiais e situações que se disponibilizam na língua uma série de especificidades discursivas que darão a cada narrativa, em sentido estrito, uma configuração própria e singular. “Trair”, narrativa presente na própria língua, transforma-se na “traição de Judas em relação a Jesus”, especifica-se.

A narrativa é ainda constituída de uma história (ou de histórias entrelaçadas) não apenas sobre a “ação humana”, mas também sobre os seus significados. Quando contamos uma história sobre como “Judas traiu Jesus”, não estamos apenas relatando a sequência das ações humanas, mas também discutindo os seus significados. Podemos estender a narrativa e falar sobre as causas e conseqüências do ato de Judas, ampliar o seu tempo para além do vivido de cada um dos dois personagens envolvidos. Narrar é configurar ações humanas específicas, mas é também discorrer sobre significados, analisar situações. Inversamente, discorrer sobre significados e analisar é também uma forma de narrar, e é por

um exemplo, há o “calendário”, uma composição mista que inclui medições e símbolos, e que busca estender uma ponte entre o tempo cósmico e o tempo vivido, terminando simultaneamente por “humanizar o tempo cósmico” e por trazer uma dimensão cosmológica ao tempo vivido.

¹⁰ Narrar implica em uma competência que Ricoeur denominará “compreensão prática”, e que corresponde a “dominar a trama conceitual no seu conjunto, bem como cada termo na qualidade de membro do conjunto” (RICOEUR, 1983).

isto que, tal como já foi ressaltado anteriormente, as modalidades historiográficas que se propõem a ser analíticas não conseguem escapar de serem também narrativas. Escolher elementos para constituírem uma “série” e comentá-los, conforme já foi exemplificado, é também narrar; e discorrer sistematicamente sobre a “exploração” de um sujeito coletivo, a classe operária ou um grupo historicamente localizado de camponeses, é também uma narrativa que, de resto, já continha uma narrativa prévia no próprio verbo “explorar”.

É neste sentido que, acompanhando de perto as proposições de Paul Ricoeur, François Hartog assinala que, mesmo com a afirmação de novos regimes de historicidade no século XX, “a história não cessou de dizer os fatos e os gestos dos homens, de contar, não a mesma narrativa, mas narrativas de formas diversas” (HARTOG, 1998, p.200-201). Ou, para retomar o próprio pensamento de Ricoeur, mesmo os regimes de historicidade que buscam insidiosamente excluir ou minimizar a presença da narrativa dos seus modos de escrita, o que de resto só é possível na aparência, ainda assim permanecem “tributários da inteligência narrativa”. Isto porque, de um lado, existe uma inteligência narrativa estruturada na própria língua, e porque, de outro lado e também por isso, todo historiador que se põe a escrever um livro de História não pode senão visar a “compreensão narrativa” de seus leitores, isto é, a sua capacidade de produzir e entender narrativas.

Deve-se ter em vista, por fim, que esta nova maneira de entender a “narrativa”, e a “narrativa histórica” em particular, também pressupõe a redefinição de uma série de conceitos afins, tal como o próprio conceito de “evento”. Para Paul Ricoeur, o evento não corresponde necessariamente ao “tempo curto”, ao acontecimento pontual da chamada “história factual” ou da pequena narrativa cotidiana que é contada para um ouvinte. O “evento” é na verdade tudo aquilo que produz algum tipo de mudança no interior de uma narrativa: pode assinalar o início de um processo, demarcar o seu fim, produzir uma mudança de curso, agregar mais movimento a um processo em andamento, estancar este processo, ou acrescentar ao relato um novo elemento informativo. Quando se tem uma narrativa em escala ampliada, os cem anos de uma história imóvel ou quase imóvel podem corresponder a um único evento. Não é a extensão de tempo que define o evento, mas sim a sua qualidade, o seu poder de transformação ou de intensificação no interior da narrativa que o inclui. Portanto, a chamada “história de longa duração”, ainda assim, é constituída de eventos; conseqüentemente, também aqui teremos uma narrativa. Onde existe “evento”, existe narrativa; e onde existe narrativa, existem eventos. Se estes eventos se aproximam da escala cósmica na sua extensão ou duração, se o “vivido” se apaga aparentemente (mas nunca totalmente), o máximo que pode acontecer é que a totalidade construída pelo historiador adquira a aparência de uma “quase narrativa”.

Quando os seres humanos parecem se apagar em função da distância em que os contemplamos, o personagem pode deixar de ser o comandante ou o marinheiro que limpa o convés de um barco; esta pequena embarcação pode então se transformar em um personagem no interior de uma narrativa que conta a história de muitos barcos que se movimentam no mar. As embarcações de vários tamanhos são ainda personagens, uma vez que por trás do seu movimento con-

tinuam existindo ações humanas e seus significados. Mas, se a escala se amplia ainda mais, e os barcos vão se tornando demasiado pequenos até ficarem quase irreconhecíveis, ainda poderemos enxergar o sulco que cada um deles deixa nas águas. Estes sulcos indicam movimentos em uma ou outra direção: talvez, na sua recorrência, indiquem rotas comerciais, e, ainda aqui, algo estará sendo narrado. A interrupção do movimento depois de muitos e muitos anos, ou a sua mudança de rumo, podem ser entendidos como eventos nesta história de média ou longa duração. Pode-se dar, por fim, que contemplemos esse Mar a tal distância que só vejamos a sua massa de águas azuis debater-se contra a solidez da terra que indica uma súbita mudança de ambiente, e que ainda mais além surpreendamos montanhas que passam a conformar um terceiro ambiente. Este Mar, esta Terra Costeira e aquelas Montanhas talvez tenham se tornado, então, personagens em uma geonarrativa na qual os eventos serão acontecimentos de grandes proporções, tal como o gradual avanço do Mar sobre a Terra ou o seu recuo, ou como a mudança, depois de muito tempo, da folhagem que recobre a costa sob a regência de grandes mudanças climáticas. Também isto poderá ser uma narrativa – uma “quase intriga” – e o Mar e a Terra poderão ser concebidos como personagens inseridos em um enredo. Se este Mar é o “Mediterrâneo”, um nome que sempre que é pronunciado vem carregado de significados, também teremos aqui um “quase personagem”.

Compreendidas as implicações mais extensas da possibilidade de narrar, e os sentidos mais ampliados que podemos atribuir à palavra “narrativa”, retomemos em seguida as considerações de Paul Ricoeur a respeito da construção específica da narrativa histórica. Vimos que, para Ricoeur, tanto a narrativa histórica como a narrativa ficcional buscam trabalhar com um “terceiro tempo”, que é bem sucedido em produzir uma mediação entre o tempo vivido e o tempo cósmico. Estaremos aqui, então, diante de um tempo histórico que é simultaneamente o tempo da experiência humana de cada indivíduo que integra a trama, mas que também os ultrapassa e a todos abrange em um arco mais amplo; no limite, além de constituir-se em tempo individual que se abre à narrativa de cada vivência, o tempo histórico é também a narrativa da espécie humana. Tempo individual e coletivo, o tempo histórico estará apto a expressar estas duas instâncias do vivido: a do indivíduo e a da espécie. Contudo, para cada narrativa efetivamente realizada, já configurada em elementos específicos que se singularizam em uma “trama”, esse tempo encontrará o seu recorte. O tempo vivido vai encontrar o seu reconhecimento na intriga logicamente construída, isto é, no âmbito do tempo construído pela lógica narrativa do historiador. A intriga se apresenta como *mi-mese*, uma imitação criadora da experiência temporal que faz concordar os diversos tempos da experiência vivida (temos aqui a “concordância discordante”, uma noção introduzida por Ricoeur e sobre a qual discorreremos mais adiante). Deste modo, enfim, a Intriga agencia os fatos dispersos da experiência em um sistema, em uma totalidade de sentido.

A Poética – arte de compor intrigas que faz compreender e reconhecer o viver, e que até mesmo “ensina o viver” – é apresentada aqui como um modelo a ser seriamente considerado pela História. Uma narrativa histórica, ao produzir

um relato sobre a ação humana acompanhado de um discorrer sobre os seus significados, pode contribuir para reconfigurar, em cada um dos interlocutores que a “compreendem”, o seu entendimento sobre a ação humana e seus possíveis significados¹¹. Para além do viver, a narrativa – e só a narrativa – permite compreender acima de tudo o próprio “Tempo”¹².

“Compreender” volta a ser aqui, portanto, uma palavra-chave. Com relação à integração da notória querela entre Compreensão e Explicação neste fazer histórico através da narrativa, Paul Ricoeur irá sustentar que, para a História, estabelece-se o domínio apenas relativo da compreensão narrativa sobre o explicativo, o que permite entrever a ultrapassagem da tradicional dicotomia entre estes dois pólos, conforme já foi ressaltado (PELLAUER, 2009, p.93). Compreender, explicar, e narrar, no sentido estrito, entrelaçam-se, ainda que em proporções diferentes, quando se trata de configurar uma narrativa. Mesmo a explicação é, inclusive, “necessária e articulada pelos diversos elementos de uma narrativa” (COSTA, 2007, p.50)¹³ “Compreender” e “Explicar” deixam de constituir para Ri-

¹¹ Sustentará Ricoeur que as diversas tramas que são inventadas, seja no dia-a-dia, na ficção literária ou no modo narrativo da História, têm o papel primordial de ajudar a “configurar nossa experiência temporal confusa, informe e, em última instância, muda” (COSTA, 2007, p.48). Desta maneira, conforme resalta Arrisete Costa em texto que busca esclarecer o método hermenêutico de Ricoeur, “o mundo da ficção é um laboratório de formas em que ensaiamos configurações possíveis da ação para comprovar sua coerência e sua verossimilhança” (COSTA, 2007, p.48). Podemos retomar também as palavras de David Pellauer sobre os modos como, de acordo com Ricoeur, este aprender o viver através do “contar” e “ouvir” narrativas se verifica: “[A narrativa, quando compreendida] contribui para reconfigurar nosso entendimento da ação humana e suas possibilidades [...] [e tal ocorre porque] a narrativa enxerta novos elementos temporais às configurações pré-narrativas da ação e, através deles, à nossa compreensão tanto da ação humana quanto do próprio tempo” (PELLAUER, 2009, p.101). Enfim, a narrativa nos ensina diuturnamente a “dialética do vir a ser, do ter sido, e do se fazer presente” (RICOEUR, 1983, p.61).

¹² Ricoeur irá sustentar que “narrar é ressignificar o mundo na sua dimensão temporal, na medida em que narrar, contar, recitar é refazer a ação seguindo o convite do poema” (1983, p.81). O tempo, do qual Santo Agostinho já se queixava que não era possível explicar em palavras o que é, embora todos acreditem saber o que seja, só poderia ser compreendido de maneira prática, através do ato de narrar ou de entender uma narrativa.

¹³ De fato, com vistas a distinguir a narrativa histórica da livre “narrativa ficcional”, Paul Ricoeur registrará em *Tempo e Narrativa* o seu alerta para o fato de que “a propriedade especificamente histórica da narrativa histórica é preservada pelos laços, por mais tênues e ocultos que estejam, que seguem ligando a explicação histórica à nossa compreensão narrativa, a despeito da ruptura epistemológica que separa a primeira da segunda” (RICOEUR, 1983, p.228). Os liames necessários entre “explicar” e “narrar” – ou a impossibilidade real de que exista uma narrativa que aparte de si toda explicação – já haviam sido detectados, de maneira algo surpreendente, por Friedrich Schlegel no início do século XIX: “Já que se fala tão mal de hipóteses, se deveria, pelo menos uma vez, tentar iniciar uma história sem hipóteses, Não se pode dizer que alguma coisa é, sem dizer o que ela é. Ao refletir sobre os fatos, já os estamos relacionando com conceitos, e certamente não seria indiferente saber quais sejam esses conceitos” (SCHLEGEL, 1964, p.51).

coeur uma dicotomia de excludentes. De todo modo, “Compreender na narrativa”, é esta a fórmula que se entrevê a partir das considerações de Paul Ricoeur¹⁴.

Como se dá este “compreender na narrativa” por dentro, no próprio entretecer da trama historiográfica? Com que tensões internas a este fazer narrativo ele precisará lidar? Ricoeur nos mostra que o historiador, através da intriga que constituirá a base de seu trabalho, tem diante de si a possibilidade de estabelecer uma Concordância a partir das Discordâncias da experiência vivida, ao “agenciá-las criativamente em uma totalidade de sentido” (REIS, 2006, p.24)¹⁵, fazendo-se notar mesmo que a “competição entre concordância e discordância” é um dos traços essenciais do “modelo trifásico” que estabelece a operação historiográfica (COSTA, 2007, p.51)¹⁶. Para começar, existe acima de tudo, no próprio tramar da narrativa, uma tensão temporal a ser conciliada entre as dimensões cronológica e não-cronológica (os já mencionados “tempo cósmico” e “tempo vivido-agostiniano”). Isso se dá precisamente no momento em que a trama narrativa, ao buscar produzir um “todo significativo”, extrai uma “configuração” de uma determinada sequência compreensível de eventos, conduzindo a este “terceiro tempo” que é “marcado por uma espécie de concordância discordante” (PELLAUER, 2009, p.101-102).

Se retomarmos, a atrás mencionada oposição entre o “Tempo Agostiniano” e o “Tempo Aristotélico”, poderemos entender mais facilmente o que Paul Ricoeur tem em vista quando define o “concordante discordante” com base principal do tramar narrativo. A percepção agostiniana do Tempo era aquela que o compreendia como um tempo interior, “tempo da alma”, e portando um tempo do vivido. O tempo visto desta maneira não é um tempo único, universal e comum a todos. A própria alma de um único indivíduo não condiz com uma única percepção do tempo, pois aquele, em sua aventura pessoal, irá conviver necessariamente com diversos estados de espírito, variadas formas de confrontar o seu “campo de experiências” (o seu Passado) ao seu “horizonte de expectativas” (o Futuro)¹⁷.

Para dar um exemplo, quando estamos empenhados em uma atividade desa-

¹⁴ Podemos contrastar o sentido de “compreensão” proposto por Paul Ricoeur em Tempo e Narrativa ao sentido de compreensão registrado por Gustav Droysen em *Historik* (1858). Para Droysen, “a essência do método histórico é compreender ao pesquisar” (2009, p.38). Par Ricoeur, “compreende-se ao narrar”.

¹⁵ Para uma compreensão em maior detalhe a respeito dos procedimentos narrativos de acordo com o modelo de Ricoeur, sugerimos dois textos de autores brasileiros: o artigo de José Carlos Reis intitulado “Tempo, História e Compreensão Narrativa em Paul Ricoeur” (2006) e o artigo “Explicação Histórica e compreensão narrativa: na trilha de Paul Ricoeur”, de Arrisete Cleide de Lemos Costa (2008), que adicionalmente proporciona uma visão panorâmica do debate entre as teses narrativistas.

¹⁶ O modelo trifásico, conforme veremos mais adiante, corresponde à decomposição da operação historiográfica em três momentos diferenciados (mimeses 1, 2 e 3), conforme as proposições de Paul Ricoeur.

¹⁷ Esta definição do Passado como “campo de experiências” e do Futuro como “horizonte de expectativas” (ou “horizonte de espera”), foi desenvolvida pelo historiador Reinhart Koselleck (1979). Elas se ajustam particularmente bem à explicação sobre o sentido da expressão “Concordante Discordante” em Paul Ricoeur.

gradável, ou envolvidos por uma angustiante espera, a alma percebe a passagem do tempo como se este estivesse se desenvolvendo em ritmo lento – no primeiro caso produzindo tédio e insatisfação, no segundo caso produzindo ansiedade. Quando a alma se envolve em uma atividade que lhe dá um especial prazer, em contrapartida, a alma sente o tempo como se este estivesse passando em um ritmo rápido. Tudo isto pode se passar com um mesmo indivíduo em dois momentos diferenciados de sua vida pessoal, e por aí poderemos compreender que o “tempo da alma” atravessa uma mesma história individual como se fosse capaz de assumir ritmos discordantes, produzindo sensações igualmente discordantes.

Com vistas a tornar mais complexo o exemplo, vamos imaginar agora que dois indivíduos diferentes assistem a uma mesma palestra. Um deles está entediado, e para ele o tempo no qual transcorre a palestra passa-se da maneira extremamente lenta; o outro está muito interessado no que diz o palestrante, e procura anotar cada uma de suas idéias porque sente que elas serão mesmo vitais para o seu desenvolvimento intelectual subsequente. Obviamente que neste segundo caso o indivíduo sentirá que a palestra passou rápido demais. A mesma palestra, portanto, produziu efeitos diferenciados em dois indivíduos distintos: em duas almas diversas envolvidas por estados de espírito diferenciados. Sabe-se também, através dos próprios estudos da Psicologia, que a relação de cada indivíduo com cada uma das instâncias de temporalidade – o Passado, o Presente, o Futuro – vai se modificando na medida em que ele passa da infância à adolescência, desta à maturidade, e assim por diante. Estes exemplos e o anterior mostram que o tempo da alma é múltiplo, discordante mesmo no interior de um único indivíduo. Quando precisamos agenciar as experiências de diversos indivíduos, então, e este é o caso da construção de uma narrativa ou de uma intriga historiográfica, as discordâncias multiplicam-se. Mas há ainda mais.

Uma trama narrativa, por exemplo, precisa ser entretecida por diversos fios que são os vários destinos individuais, e acomodá-los em diversos episódios que, destarte, não poderão estar isolados e desconectados. Determinados *agentes* ou personagens podem ser constituídos à maneira de protagonistas que ocupam certa centralidade na trama maior; outros podem ter a seu cargo uma participação mínima, digamos que bastante “episódica”, em uma trama. Uma determinada trajetória humana, dentro desta narrativa, pode estar saturada de eventos importantes (e uns mais importantes do que outros); e outra trajetória pode contribuir com apenas dois ou três eventos, ou mesmo se reduzir a uma participação praticamente pontual. Estas vidas, ou as várias *ações*, por outro lado, se fossem surpreendidas no próprio devir histórico, estariam longe de evoluir como se fossem fios presos por um único feixe. Elas na verdade constituem trajetórias dispersas. Tudo se tornará ainda mais complexo se pensarmos também nos significados das diversas ações, e “pensar os significados” também vem a ser uma das imposições do ato de narrar. Os tempos envolvidos em cada *ação* também se modificam de acordo com os *objetivos* de cada agente. E, naturalmente, podemos imaginar que cada agente também é capaz de compreender as suas próprias ações e as de outros de modos diferenciados. Expor o que se passa na mente destes agentes, ou pelo menos atribuir um sentido a cada um de seus atos,

é também uma tarefa daquele que constrói a intriga.

Em vista de toda esta diversidade, e de muitas outras complexidades para as quais poderíamos oferecer novos exemplos, pode-se dizer que o construtor de intrigas tem a tarefa de estabelecer um “concordante dos discordantes”. Mais do que conciliar cada um destes elementos dispersos e discordantes em uma trama totalidade concordante, uma boa intriga precisa apresentá-los como necessários. A gratuidade deve desaparecer, e as ações dos vários agentes precisam ser unificadas através de uma relação *necessária* e em uma *totalidade* de sentido, ao mesmo tempo em que a própria diversidade de “tempos interiores” precisa ser cotejada com um segundo tempo capaz de mediá-las. Neste último caso, o narrador precisará contar com o recurso do “tempo lógico”, aquele tempo ao qual poderemos nos referir como um “tempo aristotélico”, se pensarmos nas considerações que este filósofo grego registrou em sua *Poética*. Sem este acordo entre os diversos “tempos discordantes” e um “tempo concordante” que os mediará, a narrativa não teria sucesso em ser compreendida.

Acresce que, ainda no que concerne à concordância dos “discordantes do vivido”, o historiador não apenas se obriga a reestruturá-los como *necessários* em suas relações mútuas (uns em relação aos outros, como nas relações causais e de outros tipos), como também não pode se furtar à obrigação de apresentar como *verossimilhantes*, através da intriga histórica, os incidentes, eventos e episódios discordantes, introduzindo entre eles uma série de mediações que deve ser bem sucedida em harmonizar os confrontos que se dão entre as ações dos diversos *agentes*. Será tarefa essencial do historiador-narrador tornar palatáveis para o entendimento, conferindo-lhes as qualidades da *necessidade* e da *verossimilhança*, a tensa dinâmica entre os *objetivos* e *meios* que permeiam cada uma dessas ações, as súbitas inversões de expectativas e reviravoltas, os resultados inesperados, a reordenação de alianças e rivalidades. A tudo isto, posto que tenha emergido do devir caótico do viver, é preciso agora trazer uma *ordem*, atribuir um sentido de *totalidade*, assegurar um estatuto de *verossimilhança*, articular em relações plausíveis de *necessidade*, sendo precisamente esta a tarefa do historiador que narra. Como se não fosse tanto, devemos ainda lembrar que a intriga pressupõe ainda a necessidade de escolher o ‘estilo da narrativa’, uma questão que foi examinada não apenas por Ricoeur, mas também por diversos outros filósofos e historiadores.

Outro ponto muito importante no conjunto de reflexões de Paul Ricoeur sobre a narrativa histórica refere-se ao fato de que a própria escolha da ordem de acontecimentos, ou a simples decisão sobre que eventos mencionar, pode implicar em trazer para uma narrativa determinados significados. Um suicídio, por exemplo, pode vir a se constituir em um evento no interior de uma narrativa ambientada na vida cotidiana de uma pequena cidade. Se, em meu relato, faço este suicídio ser precedido imediatamente de um imenso desgosto por parte daquele que o praticará, automaticamente parece ter se estabelecido uma conexão entre as duas coisas, um elo narrativo. A disposição dos dois eventos em uma intriga, um depois do outro, produziu um significado. Os historiadores também lidam diuturnamente com decisões como estas. Precisam selecionar eventos e decidir em que ordem eles ficarão uns em relações aos outros.

Muitas vezes os historiadores também criam relações entre eventos que estão muito distanciados um do outro no tempo cronológico. No tempo narrativo, porém, estes eventos podem ser situados um depois do outro, e desta forma estabelece-se uma conexão, cria-se um significado. Pode ocorrer ainda que a narrativa apresente um evento situado em um determinado momento no tempo, e que depois seja apresentado um outro, cronologicamente anterior a este. Posso mesmo unir a vida e a morte de um determinado personagem em uma única sentença: “Em 1882, nasce na pequena cidade de São Borja Getúlio Vargas, o futuro presidente do Brasil que, 72 anos depois se suicidaria com um tiro no peito”. Com esta simples sentença, estabeleceu-se um ponto nodal entre três momentos no tempo. A narrativa histórica (como, aliás, a da ficção) pode lidar com deslocamentos através do tempo, para a frente e para trás, aos saltos ou por degraus, e unindo personagens distintos, separados um dos outros no tempo e no espaço, que talvez nunca tenham se encontrado pessoalmente ou ouvido falar um do outro. Em uma totalidade narrativa, estas vidas desligadas podem fazer sentido. O tempo da lógica narrativa, conforme veremos adiante, não corresponde necessariamente ao tempo cronológico aristotélico que avança para o futuro. Deslocar-se para frente, ultrapassando um certo horizonte de expectativas, ou deslocar-se para trás, explorando um determinado campo de experiências em múltiplas direções, é prerrogativa do historiador que constrói a sua narrativa. Nestes momentos o historiador, que sempre estará preocupado com o tempo cronológico para estabelecer as suas referências à realidade, poderá também lidar com esta propriedade que já vimos ser pertinente ao “tempo da alma”, de Santo Agostinho.

Será oportuno destacar que, para Ricoeur, a narrativa histórica não pode se limitar a uma pretensão de vir a se constituir mera imitação do real, mesmo que isto fosse possível – tal como propunham os primeiros historicistas, os historiadores positivistas ou os metódicos. Ela (narrativa), embora apoiada em referências reais, deverá ser claramente assumida como uma construção do historiador (na verdade uma construção também do leitor), uma vez que a intriga já se coloca desde o princípio como “imitação criadora”: representação construída pelo sujeito. Com a narrativa histórica proposta por Ricoeur, o que se busca não é, portanto, mostrar meramente o que se passou, mas sim estabelecer uma referência a este vivido e depois retornar a ele. Emergindo do vivido, a narrativa a ele retorna, transformando-o e transformando-se em um único movimento, de tal maneira que se pode dizer que a narrativa histórica é uma reflexão do Vivido sobre si mesmo, através das imprescindíveis mediações do historiador que constrói o texto e da atividade recriadora do leitor que recebe e ressignifica a obra historiográfica, compreendendo, através dela, a si mesmo e ao mundo.

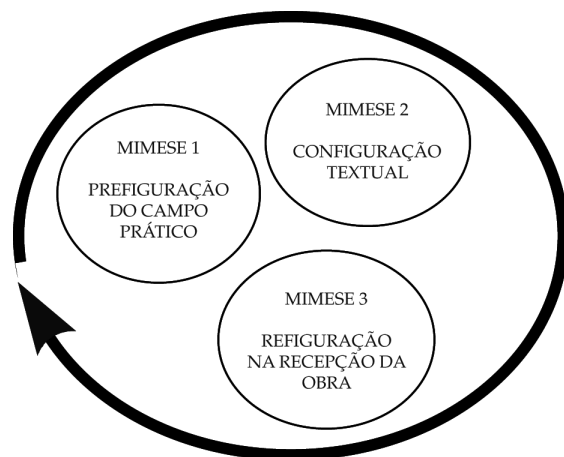
Neste ponto, é oportuno compreender o papel que é desempenhado pela Hermenêutica na compreensão ricoeuriana da História. Vale lembrar que a Hermenêutica pode ser compreendida como uma ciência (ou campo teórico-metodológico) que aperfeiçoou a “Interpretação do Outro”, partindo de uma história que se originara nas técnicas de interpretação do texto desde os filólogos e teólogos anteriores a Schleiermacher (1768-1834) e que, a partir deste teólogo do século

XIX, se terminou por se expandir também para a interpretação de outros bens culturais e de culturas inteiras. Esse aprimoramento da tradução, da decifração e da compreensão do “outro cultural” veio a encontrar no filósofo historicista Dilthey (1833-1911) o arcabouço que introduz uma Hermenêutica moderna, considerando ainda que este filósofo alemão estende a Hermenêutica para a compreensão do ‘outro’ de outras épocas, unindo Hermenêutica e Historicismo em uma única ponta. Depois, a Hermenêutica contemporânea segue adiante com Heidegger (1889-1976), Gadamer (1900-2002) e também com Paul Ricoeur.

Com tudo o que já vimos até aqui, torna-se possível compreender a nova coloração que Paul Ricoeur dará a este elemento essencial de seu pensamento historiográfico que é a Hermenêutica. Com Ricoeur, a Hermenêutica estará muito longe de ser apenas a ciência ou campo de saber que originalmente examinava os sentidos e significados de um texto (como faz hoje a Crítica Literária), e avizinha-se simultaneamente daquelas ciências que se ocupam das leis ou estruturas ocultas que regem a “configuração de um texto” (como faz por exemplo a Semiótica Estruturalista), que se debruçam sobre os modos como se estabelece a recepção de um texto (como faz a Comunicação com a “Teoria da recepção”), ou que mergulham na aventura de compreender o funcionamento da própria língua (tal como faz a Linguística). A Hermenêutica proposta por Paul Ricoeur toma para si um pouco de todas estas questões, e as insere em um único movimento situando-as no interior de uma ambição mais ampla que é a de examinar as relações entre um Texto e o Viver. Mais do que isto, fiel à tradição que faz da Hermenêutica uma “ciência sobre o outro”, a Hermenêutica de Paul Ricoeur procurará recolocar este complexo de questões em um círculo eternamente renovado no qual adquirem a mesma importância os produtores de textos e os leitores (ou os artistas e os consumidores de arte), integrando-se todos em um movimento criador que parte do Vivido e retorna a este mesmo Vivido. Paul Ricoeur chamará a este processo de “Círculo Hermenêutico” (uma expressão que já fora utilizada por Heidegger e Gadamer), considerando que, para ele, este círculo apresenta três momentos (uma estrutura trifásica e móvel que retorna sobre ela mesma).

As *Mimeses*
de Paul Ricoeur

Ricoeur denominará estes três momentos do “círculo hermenêutico” de *mimeses*, uma vez que considerará cada um destes três momentos como instâncias criadoras e que colocam em ação o poder humano da imaginação e da representação



do mundo. Na *operação historiográfica* – isto é, no “círculo hermenêutico” dentro do qual o *historiador* vai buscar seus materiais historiográficos e instâncias narrativas no Vivido para, a partir daí, construir uma “intriga historiográfica” com vistas a oferecê-la à atividade recriadora do *leitor* – esta mesma estrutura trifásica se estabelece. Em suma, também na narrativa historiográfica (como na narrativa ficcional) esta interação entre vivência e reconhecimento estabelece-se entrelaçando três momentos, que Ricoeur denomina mimeses 1, 2 e 3: (1) a *prefiguração* do campo prático, que se aproxima do Viver na sua versão mais indiferenciada (2) a *configuração* textual deste campo (que coincide com o texto construído como intriga pelo historiador); e, por fim, (3) a *refiguração* pela recepção da obra (este último aspecto envolve a papel recriador do leitor que apreende a narrativa historiográfica, o que também ocorre para a narrativa ficcional).

Será particularmente interessante percebermos, através do esquema acima exposto, que a ‘Mimese 2’ desempenha um papel de mediação entre o leitor (que se situa na ‘mimese 3’) e o próprio Viver (que corresponde à ‘mimese 1’). Dito de outra forma, o *autor*, através da ‘mimese 2’ (configuração do texto) estabelece uma mediação entre as profundezas do Viver (‘mimese 1’) e a Vida do próprio *leitor* (que no momento da leitura ou audição de um texto encontra-se na ‘mimese 3’). Depois, o círculo se completa porque, aprendendo a viver através da compreensão da narrativa, o leitor a devolve ao próprio vivido. Este processo não tem fim: é realmente um círculo, e se reinicia inúmeras vezes. Leitores diversos também poderão percorrer este “círculo hermenêutico” através de um texto quantas vezes acharem necessárias. Pode-se perceber a partir desta proposição de Paul Ricoeur um novo papel social para cada texto. Não é sequer inútil ler um mesmo texto inúmeras vezes, pois a cada momento o leitor estará aprendendo de uma nova maneira a viver. Parodiando o dito popular “Navegar é Preciso”, poderíamos dizer que “Ler é Preciso” (e “ler é preciso” porque “viver é preciso”). Aquele que escreve ou lê narrativas (históricas ou ficcionais), vive. Quando não se é nem um leitor nem um autor (ou nem um expectador de filmes ou um cineasta), ainda assim precisa-se das narrativas como uma substância vital. A vida oferece diversos substitutos: contar e ouvir piadas poderia ser um; falar da vida alheia (a popular “fofoca”) seria outro. Em cada uma destas atividades – através das quais “aprendemos a seguir uma narrativa” – estabelecemos uma ligação com o Vivido; melhoramos a nossa própria compreensão sobre a Vida.

Com esta brilhante solução que integra em uma ‘relação dialógica’ estes dois agentes culturais que são o *autor* e o *receptor* de uma obra, e que unifica em um único movimento diversas questões que já vinham sendo tratadas por outros campos de saber (a Lingüística, a Semiótica, a Crítica Literária, a Comunicação, e a própria História, para o caso das narrativas historiográficas), a Hermenêutica adquire em Paul Ricoeur um novo objetivo, nunca antes formulado desta maneira. A finalidade da Hermenêutica deixa de ser apenas a compreensão de um texto ou de seus sentidos, e passa a ser a compreensão mais profunda de uma série de momentos e disposições através dos quais o *texto* (obra de ciência ou arte) irá brotar do âmago do próprio Viver para ser construído por um *autor*, de modo a ser ofertado a um *leitor* que através da compreensão recriadora da obra irá se

modificar no seu próprio Viver (lembramos o que já foi dito sobre a narrativa: quando compreendemos cada narrativa que nos é contada, estamos aprendendo a viver, pois passamos a conhecer de uma forma cada vez mais melhorada as leis e disposições da própria Vida, inclusive o Tempo, que só pode ser compreendido desta forma). É este o sentido último da proposição de Ricoeur de que, através do “círculo hermenêutico”, o texto emerge do Vivido e retorna a este mesmo Vivido.

É também por isto que a Hermenêutica de Paul Ricoeur não se interessa pelo texto isolado, como ocorre com algumas correntes metodológicas que trabalham a Crítica Literária, pois frequentemente estas ficam presas no interior da ‘mimese 2’ (o mundo do autor) notadamente quando o analista relaciona-se às correntes que procuram explicar o texto apenas por ele mesmo. Também as análises estruturalistas do texto ficam não raramente presas a certo setor da fronteira entre a ‘mimese 1’ e a ‘mimese 2’, uma vez que procuram de fato compreender cada texto a partir de estruturas profundas que estariam inscritas na própria língua (que está incluída ‘mimese 1’), e que se projetam no texto (‘mimese 2’)¹⁸. Não há nenhum problema nisto, e também Paul Ricoeur trabalha com a perspectiva de que a língua já contém elementos “pré-narrativos”, e que portanto a “narrativa configurada” atualiza estes elementos que já estavam pré-figurados na língua, dando-lhes um rosto, nomeando agentes, selecionando ações que já estão contidas na língua (isto é, construindo uma “intriga”). Deste modo, é possível enxergar em uma narrativa configurada os elementos que já se encontram pré-figurados na língua. Até aqui, não há maiores problemas. O problema é apenas quando se pára por aí, ao menos na ótica da hermenêutica Ricoeuriana. Esta, como se disse, não se interessa pelo texto isolado (preso à ‘mimese 2’), e nem pela análise que apenas se contenta em revelar as “estruturas profundas de um texto” (o caminho invertido que liga a ‘mimese 2’ à ‘mimese 1’ apenas através de um aspecto desta, que é a estrutura da língua). A Hermenêutica Ricoeuriana pretende enxergar o texto em articulação com a própria Vida, seja no que se refere à sua ligação com a ‘mimese 1’ (o Viver pré-figurado), seja no que se refere à sua ligação com a ‘mimese 2’ (o leitor que o recria). Na verdade, a Hermenêutica Ricoeuriana se interessa pelo texto como mediação entre as mimeses 1 e 2 (entre o “Vivido pré-figurado” e o “Vivido refigurado pelo leitor”).

Pode-se notar, através do esquema visual que construímos, que a ‘mimese 2’ (o território definido texto configurado pelo autor) se apresenta de fato como mediadora entre a ‘mimese 1’ e a ‘mimese 3’. Mas na verdade trata-se de um círculo – de um “círculo hermenêutico”. Cada uma das mimeses pode ser intermediária entre as outras duas. É através do autor (ou melhor, do seu texto configurado), que o Vivido (‘mimese 1’), atinge o leitor. Mas é também através do Vivido (‘mimese 1’) que o leitor se liga ao autor, ambos partilhando de uma mesma estrutura de saberes pré-figurados que estão na ‘mimese 1’. Por fim, é através do leitor, que compreende a sua obra, que o autor (ou o texto do autor) pode retornar ao Vivido

¹⁸ Segundo Roland Barthes, a análise estruturalista do texto é uma “atividade” que tem uma finalidade específica: “O fim de toda a atividade estruturalista, seja ela reflexiva ou poética, é de reconstituir um ‘objeto’, de maneira a manifestar nesta reconstituição as regras do funcionamento (as ‘funções’) deste objeto.” (BARTHES, 1967, p.58).

(‘mimese 1’).

Para se falar francamente, o centro da análise ricoeuriana dificilmente é o *autor*, como tem ocorrido com quase todas as correntes de análise textual; o centro da análise proporcionada pela Hermenêutica Ricoeuriana é o *leitor*, pois este é o único que consegue participar das três mimeses, isto é, dos três momentos criadores. Na fronteira entre M2 e M3 o leitor “lê” o texto tal como está configurado. No seio da M3 ele “compreende” a narrativa. Na fronteira entre M3 e M1 o *leitor* devolve o texto ao vivido, incorporando o saber aprendido através dele ao seu próprio Viver. O *leitor*, portanto, é o verdadeiro herói da Hermenêutica Ricoeuriana quando esta se dedica à análise dos textos. Sabemos que o leitor é também o herói da “Teoria da Recepção”. Mas nesta, frequentemente fica-se preso apenas a uma relação que salta da ‘Mimese 3’ (leitura) para a ‘Mimese 2’ (autoria), procurando dar a perceber como as próprias expectativas do leitor interferem na própria prática autoral, que tenta se adaptar a um determinado universo de leitores em potencial.

Feitas estas considerações básicas, será conveniente, em seguida, percorrermos em detalhe cada um dos três momentos para entender bem o que é cada uma das três mimeses. Nunca é demais percorrer, de uma nova maneira, o “círculo hermenêutico”. A ‘mimese 1’, conforme foi dito, corresponde à ‘prefiguração do campo prático’ – universo vivido no qual se agitam as ações e sentimentos humanos – ela contém já, tal como já foi frisado em momento anterior, uma “pré-narrativa”, ou pré-narrativas possíveis que podem e precisam ser apreendidas pelo historiador-autor, e ao mesmo tempo já contém em si mesma elementos que permitirão ao leitor, na experiência recriadora da ‘mimese 3’, compreender e identificar-se com o vivido prefigurado. A “pré-figuração” é também uma “pré-compreensão do mundo”, de modo que se exige do autor, da mesma maneira que logo se exigirá do leitor, uma “competência preliminar” que corresponde à “capacidade de identificar a ação em geral por seus traços estruturais”, como também uma “capacidade secundária”, que corresponde à “aptidão de identificar as mediações simbólicas da ação” (COSTA, 2007, p.51). Assim, o vivido, no seu estado prefigurado, autonarra-se de alguma maneira, pois contém possibilidades e virtualidades narrativas dentro de si (basta lembrar aqui, além disto, o que já foi dito sobre os elementos pré-narrativos que já se encontram inscritos na língua, e que permitem que se estabeleça um universo comum de comunicação e compreensão entre os diversos sujeitos que compõem uma dada comunidade discursiva).

Particularmente, qualquer texto que fale de homens, e de ações levadas a cabo por estes homens, terá de lidar com uma série de elementos pré-narrativos que se referem à “prefiguração do campo prático” (mimese 1). E é por isto mesmo que já foi ressaltado que, até nos textos historiográficos que evitem premeditadamente a narrativa na sua forma configurada, sempre estará presente ainda assim uma “quase-narração”. Se em toda ação existe uma “pré-narração”, quando tentamos evitar ostensivamente esta narratividade, ao falar de seres humanos e suas relações, o máximo que conseguimos é retornar ao estágio pré-narrativo, ou seja, terminamos por configurar uma “quase-narração” (o que teria sido o

caso de muito da historiografia produzida pelos historiadores seriais e da longa duração).

Há outras coisas que se afirmam ou que se insinuem na ‘mimese 1’, que é quando se restabelece a “pré-figuração do campo prático”. Além da língua, com suas estruturas que já fixam de alguma maneira os limites e o formato do que é possível dizer, também tramitam neste “campo prático” os recursos simbólicos que podem ser compartilhados pelo autor e pelo leitor; além disto, insinuem-se aqui as estruturas inteligíveis, e espreguiçada, sobretudo, o enigmático Tempo, que não se deixará conhecer senão através de uma narrativa como a que está prestes a ser configurada. Ele está lá: sem se deixar definir, e por isto falharam até hoje todas as tentativas de definirem o Tempo, ele poderá ser mostrado através de uma narrativa que se realiza e que é compreendida. As dimensões temporais estão implícitas no “campo pré-figurado”. Também estão lá os conceitos da ação: “quem”, “como”, “por que”, e tantos outros. Todo este complexo universo de elementos, este Vivido indiferenciado, este véu de penumbras que recobre a possibilidade humana de agir e sofrer ações, precisa ser pré-compreendido pelos seres humanos, sejam eles autores ou leitores. Sem esta capacidade de pré-compreensão, sequer seria possível viver. Os loucos talvez a tenham perdido; o quem sabe a terá ampliado. De todo modo, esta “compreensão prática”, tal como a denomina Ricoeur, é condição necessária para se passar à etapa seguinte, a possibilidade de inventar ou compreender uma narrativa já configurada.

Chegamos então à configuração textual – ou à Intriga construída pelo historiador (mimese 2). Os elementos indiferenciados da ‘mimese 1’ aqui ganharão um rosto; a ação encontrará a carne de um discurso. O “quem”, o “com quem” e o “contra quem” se incorporarão cada qual ao seu personagem. O “como” buscará o seu formato; o “por que” deixará de ser uma pergunta implícita para se tornar uma explicação concreta das ações que se desenrolarão na narrativa. No caso da narrativa historiográfica, o autor não inventará estes rostos, estes nomes de personagens e estas ações, mas as terá de encontrar dispersas pelas fontes. Uma primeira função da ‘mimese 2’ (em nosso caso, o texto do historiador) será, aliás, a de ligar eventos separados em um todo compreensível. Para tal, a Intriga irá estabelecer uma configuração lógica, e não uma sucessão cronológica, tal como já foi exemplificado anteriormente. Para além disto, o tempo a ser constituído pela Intriga não prescindirá de realizar uma síntese, um acordo ou uma reconfiguração que abarca o “tempo cronológico” da sucessão episódica e o submete à ordenação lógica, esta que corresponde ao tempo narrativo propriamente dito, terminando por constituir, por fim, uma ordem que se tornará compreensível. Uma vez que a ‘mimese 2’ clama pela reapropriação do leitor (que se dará somente na ‘mimese 3’), o historiador-autor deverá assegurar a inteligibilidade e receptividade do seu texto valendo-se de formas narrativas consagradas pela sua tradição cultural (a tradição textual ocidental, por exemplo, disponibiliza um certo número de paradigmas, alguns derivados de outras culturas, e outros nela mesmos criados). Estes paradigmas são também aqueles com os quais o leitor estará familiarizado, e o autor precisa considerá-los. Inovar é possível; mas é preciso também trabalhar, alternadamente, com um repertório prévio de recursos já conhecidos.

Aspecto extremamente importante nas proposições de Ricoeur, conforme já vimos, é o papel do Receptor – o leitor da intriga historiográfica – o que em alguma medida o aproxima das teorias de recepção e outras correntes da análise comunicacional que recolocam o leitor de um texto em um lugar re-criador. Já vimos, em todo o caso, que o “círculo hermenêutico” de Ricoeur vai além, mostra-se mais completo. O momento em que se dá esta convocação do *leitor*, na tríade ricoeuriana, é a ‘mimese 3’. Uma função importante para o leitor afirma-se aqui. A narrativa histórica apresenta um elemento de controle sobre o seu potencial ficcional não apenas através da documentação que serve de base ao trabalho do historiador, mas também através do leitor, que da História espera sempre o verossímil e a intenção de verdade. De qualquer maneira, este leitor irá aprender com a História não apenas fatos e elementos de uma realidade que um dia poderá ter existido; com a narrativa histórica, também aprenderá mais um pouco sobre a vida. Aprenderá por exemplo sobre o Tempo, ao qual não poderia ter alcançado de nenhum outro modo. O tempo não se deixa apreender conceitualmente, mas se deixa mostrar através da narrativa. Através do círculo hermenêutico, o tempo passou de prefigurado a configurado, e por fim a refigurado pelo leitor.

O leitor é quem permite que a História retorne ao vivido – aspecto fundamental nas proposições ricoeurianas. A refiguração – reinvenção da Intriga através da “compreensão” da mesma – é assim produzida pelo receptor da obra historiográfica, que se vê elevado a uma posição de co-autor. Vale lembrar ainda que, através da apropriação particular da Intriga, o leitor constrói sua identidade por contraste com a identidade de outros, estabelece reconhecimentos, compara situações com a sua própria experiência vivida, elabora uma “visão” de si mesmo, do mundo e do outro, bem como de suas relações recíprocas. Desta maneira, acrescenta algo de si aos sentidos propostos pela Intriga. A narrativa adquire precisamente o seu sentido pleno na intersecção entre o “Mundo do Texto” e o “Mundo do Leitor”. O “Mundo Lógico do Texto”, ofertado pela ‘mimese 2’, e o “Mundo do Viver” da ‘mimese 1’ (na verdade um viver que já podia ser pré-compreendido pelo leitor em sua própria vivência), produzem esse espaço de intersecção que se oferece à recriação leitora na ‘mimese 3’. É desta maneira que se pode dizer que a narrativa histórica parte do vivido e retorna a este mesmo vivido.

A interpretação de um texto, naturalmente – e isto é também válido para a operação historiográfica de análise de fontes históricas – deve recuperar ou “compreender” esta ambiência produzida entre o “mundo do texto” e o horizonte dos seus leitores possíveis. De fato, é o próprio Ricoeur quem observa que “o que pode ser interpretado em um texto é a proposição de um mundo, de um mundo tal como posso habitá-lo para nele projetar um de meus possíveis mais próximos. É o que chamo de mundo do texto, o mundo próprio a este texto único”. Eis aqui uma perspectiva rica para o Historicismo contemporâneo, ao permitir integrar à dinâmica historiográfica entre Objetividade e Subjetividade o *autor*, o *leitor* de história, e as próprias *vozes históricas* que chegam ao historiador através de suas fontes.

Podemos também compreender, a partir destes aspectos, o papel da Feno-

menologia no pensamento de Ricoeur, e em particular no que concerne à sua concepção do historiográfico. Como se sabe, a Fenomenologia corresponde a uma forma de filosofia ou disciplina que procura “descrever os fenômenos como aparecem à nossa consciência deles” (PELLAUER, 2009, p.24). A Fenomenologia de Husserl, através da chamada “redução”, pretende colocar entre colchetes qualquer discussão acerca da verdadeira realidade que estaria por trás dos fenômenos, que constituem aquilo que aparece à nossa percepção. Para a Fenomenologia de Husserl, que foi uma influência marcante na formação do pensamento filosófico de Paul Ricoeur, seria pouco mais do que uma quimera o “mito das cavernas” de Platão, que propõe que existe um mundo mais verdadeiro por trás dos fenômenos que são projetados nas paredes de uma caverna, e que, mesmo além deste mundo mais verdadeiro, existe um outro ainda mais verdadeiro que seria o “mundo das idéias”. Não se trata de duvidar que um outro mundo exista, mais verdadeiro, mas simplesmente de decidir que não vale à pena discutir esta possibilidade. A Fenomenologia, enfim, interessa-se especificamente pelos fenômenos que “aparecem à consciência humana”.

Paul Ricoeur havia incorporado em seu acorde teórico esta influência fenomenológica. Mas havia um problema. A fenomenologia de Husserl era essencialmente a-histórica, e isso incomodava Ricoeur, assim como já havia incomodado Heidegger. Husserl (1911), inclusive, polemizou contra o Historicismo, mas não voltaremos a isto. Pensando de certa perspectiva, é de se compreender que Husserl pouco se interessasse pela História, Tinha dificuldade de lidar com o conceito de “Tempo”. Afinal, se a Fenomenologia lida apenas com os fenômenos que aparecem à consciência, que fazer do Tempo? O Tempo, tal como já dissemos antes, não se deixa apreender conceitualmente. Santo Agostinho já se queixava disso. “Se ninguém me perguntar [sobre o que é o Tempo] eu sei; mas se eu quiser explicar a quem me perguntar, então eu já não sei” (*Confissão*, XI, 14-17). O Tempo, adicionalmente, também não é um fenômeno que aparece à consciência diretamente. Por isto a dificuldade ou o desinteresse de Husserl de lidar com este tema. Viria daí a sua aversão à historicidade, manifesta em sua Fenomenologia Transcendental?

Com Ricoeur, o Tempo e a História não poderiam deixar de ser uma preocupação fundamental, mesmo porque o pensamento historicista é outro dos grandes traços de seu pensamento filosófico. Magistralmente, Ricoeur encontrou na Narrativa a solução que não seria possível com a fenomenologia transcendental de Husserl. A Narrativa é precisamente aquilo que permite que o Tempo se mostre. Ele não se deixa apreender conceitualmente, não surge à consciência como um fenômeno (mas apenas através de seus efeitos), e já há muito [tempo] que não é mais um deus. Contudo, o Tempo se deixa mostrar através das narrativas. É através das narrativas – seguindo uma narrativa e compreendendo-a, ou mesmo criando uma – que podemos compreender efetivamente algo sobre o Tempo. No acorde teórico de Paul Ricoeur, a Fenomenologia encontrava aqui o seu acordo com o Historicismo.

Com relação à natureza do conhecimento historiográfico, podemos finalizar lembrando o inestimável esclarecimento de Paul Ricoeur de que construir uma

narrativa histórica é ensinar a viver, não naquele antigo e majestoso sentido preconizado para uma “história *magistra vita*”, que surpreendemos em boa parte dos autores antigos e também na tradição historiográfica da primeira modernidade que pode ser bem ilustrada pelas obras históricas de Maquiavel (1512; 1520). Não é porque “a história se repete”, que podemos aprender com as narrativas historiográficas. Apenas esta expectativa, se fosse a única, já não repercutiria tanto em uma segunda modernidade na qual, tal como veremos no próximo item, o futuro histórico se apresenta predominantemente como uma surpresa, e não já como uma mera confirmação do nosso “espaço de experiências”. Ainda assim, há uma outra “utilidade da História para a Vida” que pode agora adquirir contornos mais precisos: uma utilidade que sempre esteve presente mas que, por vezes, foi ofuscada pelas mais espetaculosas funções de “educar os príncipes e políticos” (dos medievais a Maquiavel, e depois deste até a primeira metade do século XVIII), ou de fortalecer a identidade nacional e o sentido civilizacional (na historiografia política do século XIX e na história universal deste mesmo século). Renova-se, e nunca deixou efetivamente de existir, uma antiga utilidade da história para a vida, que também se viu um tanto ofuscada pela função de orientar a elaboração de uma conscientização social, tal como na História Social do século XX. Referimo-nos ao fato, tão bem demonstrado por Paul Ricoeur em *Tempo e Narrativa* (1983-85) de que a história, através de sua incontornável especificidade narrativa, ensina também a “viver”.

Este ensino que se volta para a vida, conforme fica implícito na análise de Paul Ricoeur, não se dirige a quaisquer tipos de elites ou de privilegiados intelectuais, mas a qualquer ser humano que tenha ele mesmo uma vida. Também não é prerrogativa deste ou daquele tipo de História, com rejeição de todos os demais. Podemos ler a quase-narrativa de Braudel a respeito do *Mediterrâneo* (1949), a *história dos Preços* de Labrousse (1943), ou as fascinantes narrativas sobre “trajetórias de vida” escritas pelos micro-historiadores mais recentes. Podemos voltar a Heródoto e Tucídides, ou ainda visitar Ranke, Michelet e Burckhardt. Além do refinado saber que nos é trazido sempre de uma nova maneira pela ciência história, Ricoeur mostrou-nos de maneira exemplar que há também um tipo especial de saber que sempre nos é trazido pela arte da história. Este saber é a própria Vida, à qual retorna por intermédio da ação revificadora do leitor.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO, Santo. “Elevações sobre os Mistérios” In *Confissões*. Livro XI. Petrópolis: Vozes, 2005 [original: 398 d.C.].
- ARISTÓTELES. *Poética*. São Paulo: Ars Poética, 1993.
- BARTHES, Roland. “A Actividade Estruturalista”, in *O Método Estruturalista*, de Luc de Heush et al., Rio de Janeiro, 1967.
- BRAUDEL, Fernando. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico*. São Paulo: Martins Fontes, 1984. [*La Méditerranée et le monde méditerranée à l'époque de Philippe II*. Paris: A. Colin, 1949. 3 vol] [edição ampliada: 1966]

- CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia: a história entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- COSTA, Arrisete Cleide de Lemos. Explicação Histórica e compreensão narrativa: na trilha de Paul Ricoeur. *Revista do Mestrado de História*. vol.10 n 11, p.11-34.
- COSTA, Arrisete Cleide de Lemos. *Uma Biografia Micro-Histórica: Interpretação Hermenêutica na obra 'O Queijo e os Vermes' de Carlo Ginzburg*. Recife: UFPE, 2007.
- DROYSEN, J. Gustav. *Historik: Vorlesungen über Enzyklopädie und Methodologie der Geschichte*. (org. Peter Leyh). Stuttgart: Fromann-Holzboog, 1977 [versão espanhola: *Histórica – Lecciones sobre la Enciclopedia y metodología de la historia*. Barcelona: Alfa, 1983 [original: 1881-1883].
- FURET, François. *A Oficina da História*. Lisboa: Gradiva, 1991. [original: 1975]
- HARTOG, François. "A arte da narrativa" in: BOUTIER, J. e JULIA, D. (orgs). *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: Edit. FGV, 1998. p.193-202.
- HUSSERL, Edmund. *Philosophie als strenge Wissenschaft* [Filosofia como Ciência Rigorosa]. Frankfurt: Vittorio Klostermann, 1965 [original: n 1 da Revista *Logos*, 1911].
- HUSSERL, Edmund. *Prolegomena zur reinen Logik* [Prolegômenos à Lógica Pura] In: *Gesammelte Schriften, 2*. Hamburg: Felix Meiner, 1992 [original: 1900].
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado – contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006 [original: 1979].
- LABROUSSE, Ernst. *La crise de l'économie française à la fin d'Ancient Régime et au début de la Revolution*. Paris: PUF, 1943.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio*. São Paulo: Martins Fontes, 2007 [original: 1512-1517].
- MAQUIAVEL, Nicolau. *História de Florença*. São Paulo: Musa, 1994 [original: 1520-1525].
- MORUJÃO, Carlos. Husserl e a História. *Investigaciones Fenomenológicas*, n 6. 2009, p.181-197.
- PELLAUER, David. *Compreender Ricoeur*. Petrópolis: Vozes, 2009 [original: 2007].
- REIS, José Carlos. Tempo, História e Compreensão Narrativa em Paul Ricoeur. *Locus*, vol.12, n 1, jan/jul 2006.
- REVEL, Jacques. "Micro-análise e construção do social" in REVEL, J. (org.). *Jogos de Escalas – a experiência da micro-análise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p.15-38.
- RICOEUR, Paul *História e Verdade*. Rio de Janeiro: Forense, 1968 [original: Paris: Seuil: 1955].
- RICOEUR, Paul *Temps et Récit*. Paris: Seuil: 1983/1985 [*Tempo e Narrativa*. São Paulo: Papirus, 1994].
- RICOEUR, Paul. *Du texte à l'action*. Paris: Seuil, 1986.
- RICOEUR, Paul. *Histoire et rhétorique*. *Diogène*. n 168. Paris: 1994, out/dez.

- SCHLEGEL, Friedrich. "Condorcets Esquisse d'un tableau historique des progrès de l'esprit humain" in: *Kritische Schriften* [Escritos Críticos]. Munique: W. Rasch, 1964. p.236-ss [original: 1795].
- VEYNE, Paul. "História Conceitual" in NORA, P. e LE GOFF, J. (org). *História: Novos Problemas, Novas Abordagens, Novos Objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988 [orig.: 1974].